

Brasília, 09 de abril de 2026

Seleção

Sumário

Fator Brasil - Online

Quarta-feira, 08 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

45% das exportações brasileiras aos EUA já entram sem sobretaxas, mas 86% das e... .. 3

GloboEsporte.com

Quarta-feira, 08 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Entenda como disputa entre Atlético-MG e Galo da Madrugada durou mais de 10 an... .. 4

Jota Info

Quinta-feira, 09 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Subvenção econômica para inovação: o caso do Paraná Anjo Inovador 6

Migalhas

Quarta-feira, 08 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Encontro do INTA no Brasil destaca a PI como vantagem competitiva 10

O Globo

Quinta-feira, 09 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Mondelez perde direito às marcas Ping Pong e Ploc, ícones dos anos 80 11

Exame.com

Quarta-feira, 08 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Uso de IA na música pode resultar em prejuízo de mais de R\$ 60 bilhões 13

UOL Notícias

Quarta-feira, 08 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Novo pedido de vista adia julgamento no Cade do uso de conteúdo jornalístico pel... .. 14

Consultor Jurídico

Quarta-feira, 08 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Futuro da indicação geográfica na alimentação 20

45% das exportações brasileiras aos EUA já entram sem sobretaxas, mas 86% das empresas ainda temem novas tarifas, aponta Amcham Brasil

A Amcham Brasil destacou no dia 07 de abril (terça-feira), durante o Encontro Empresarial BR-US - 4ª edição, que a relação entre Brasil e Estados Unidos vive um momento de transição, com melhora nas condições de acesso ao mercado americano, mas ainda cercada por incertezas regulatórias e comerciais. A entidade divulgou pesquisa inédita sobre o tema.

Na abertura do encontro, realizado na sede da entidade em São Paulo, o presidente da Amcham Brasil, Abrão Neto, afirmou que cerca de 45% das exportações brasileiras já entram nos Estados Unidos sem sobretaxas, o equivalente a aproximadamente US\$ 14 bilhões em produtos, entre alimentos, insumos e componentes industriais.

Segundo ele, o avanço ocorre após a decisão recente da Suprema Corte americana e a reaproximação entre os governos dos dois países, que contribuíram para melhorar as condições de acesso a mercado. - Estamos diante de um cenário mais favorável - mas ainda em transição e sujeito a mudanças - afirmou Abrão Neto, presidente da Amcham.

Incerteza ainda predomina entre empresas - Apesar da melhora, dados de pesquisa inédita da Amcham com cerca de 90 empresas exportadoras - brasileiras e americanas - mostram que o ambiente ainda é de cautela: 86% apontam preocupação com novos aumentos tarifários; 76% citam incerteza regulatória e comercial; 46% destacam os riscos associados à investigação da Seção 301.

Além disso, cerca de 40% das empresas avaliam que ainda é cedo para medir os efeitos das mudanças recentes, enquanto aproximadamente um terço já indica intenção de ampliar exportações para os Estados Unidos.

Comércio bilateral supera US\$ 100 bilhões - Abrão Neto reforçou o peso econômico da relação entre os dois países, destacando que o fluxo de comércio bilateral de bens e serviços já supera US\$ 100 bilhões por ano, sustentado majoritariamente pelo setor privado. - São as empresas que dão concretude a uma parceria que produz benefícios reais para as duas economias- disse.

Impactos das sobretaxas e reaproximação - O presidente da Amcham também lembrou que, em 2025, as sobretaxas chegaram a atingir quase 80% das exportações brasileiras, especialmente produtos industriais, afetando a competitividade das empresas brasileiras no mercado americano.

A partir de setembro do ano passado, no entanto, houve uma inflexão no cenário, com a retomada do diálogo político e avanços graduais nas condições comerciais.

Diálogo como prioridade - De acordo com a pesquisa da Amcham, mais de 90% das empresas defendem o diálogo entre os governos como principal caminho para avançar na relação bilateral. Abrão destacou que ainda há temas relevantes dos dois lados, incluindo: Interesse brasileiro em evitar novas tarifas e preservar acesso ao mercado americano; Demandas americanas por redução de barreiras não tarifárias, além de avanços em **propriedade intelectual** e economia digital.

Agenda de propostas para 2026 - A Amcham também antecipou que apresentará aos candidatos à Presidência da República uma agenda estruturada em três frentes: Desafios estruturais do país, como equilíbrio fiscal, segurança pública e educação; Políticas para melhoria do ambiente de negócios e competitividade; Fortalecimento das relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos.

No campo bilateral, a entidade defende uma agenda baseada na expansão do comércio e dos investimentos, redução de barreiras e aprofundamento da cooperação em áreas como minerais críticos, tecnologia, infraestrutura digital e agricultura.

- Há espaço para construir convergências por meio de negociações e avançar em uma agenda pragmática e orientada a resultados- afirmou Abrão Neto.

O Encontro Empresarial BR-US - 4ª edição reúne autoridades e lideranças empresariais para discutir os próximos passos da agenda econômica entre os dois países.

Entenda como disputa entre Atlético-MG e Galo da Madrugada durou mais de 10 anos e terminou em acordo



Atlético-MG e bloco de carnaval solicitaram a extinção do processo na Justiça

Entenda disputa judicial entre Galo da Madrugada e Atlético-MG

A disputa judicial entre Atlético-MG e o Galo da Madrugada terminou em acordo. Ela se arrastou por mais de uma década e acabou terminando agora, em 2026, com ambas as instituições mantendo o direito de utilizar a marca "Galo", mas em campos de atuação diferentes. O ge explica como tudo aconteceu.

"Ferida aberta", obsessão e time alternativo: os planos do Atlético-MG para a Sul-Americana

Começou em 08 de fevereiro de 2012, quando um pedido de inscrição de marca "Galo Folia" foi feito pelo bloco Galo da Madrugada ao Instituto Nacional de **Propriedade Intelectual (INPI)** numa atividade que seria registrada à parte esportiva.

O departamento jurídico do Atlético-MG recebeu o alerta e entrou com um pedido de indeferimento. O clube mineiro é detentor da utilização marca "Galo" há algumas décadas.



Entenda disputa judicial entre Galo da Madrugada e Atlético-MG
Entenda disputa judicial entre Galo da Madrugada e Atlético-MG

Esse pedido do Atlético chegou a ser deferido pelo **INPI**. Entretanto, no mesmo ano, o bloco entrou com recurso no mesmo órgão e conseguiu reverter a situação em 08 de maio de 2018, data em que foi concedido o direito.

O caso em 2022, então, foi judicializado na 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro, com uma ação de nulidade de marca. O Atlético solicitou a nulidade da marca "Galo Folia". O clube explicou, em nota oficial esse ano, que a ação visava "apenas anular o registro da marca "Galo Folia" em atividades que englobam o segmento esportivo, no qual possui diversos registros prévios da marca "Galo"."

Em janeiro deste ano, o Galo da Madrugada recebeu decisão favorável, com a Justiça recusando o pedido do Atlético-MG para anular o registro. Na decisão da 9ª Vara Federal, a juíza Quézia Silvia Reis afirmou que, apesar do termo "galo" ser utilizado tanto pelo clube quanto pelo bloco, não há risco de confusão ou associação indevida entre marcas.

O Galo chegou a apresentar recurso da decisão. O clube mineiro informou que possui mais de 300 registros da marca "Galo" e suas variantes junto ao **INPI**, sendo o clube brasileiro com o maior número de registro de marcas no País.

Continuação: Entenda como disputa entre Atlético-MG e Galo da Madrugada durou mais de 10 anos e terminou em acordo

"O trabalho de proteção marcária é realizado permanentemente pelo Clube, que permanece atento sempre que um novo registro interfira em seu segmento de atuação", disse o Galo mineiro em nota. Na época, o Atlético-MG disse que não tem a intenção em prejudicar as atividades do Galo da Madrugada e que "respeita e reconhece a relevância das manifestações culturais e populares ligadas ao Carnaval, festa que faz parte da identidade e da alegria do povo brasileiro, bem como a tradição do Bloco

Galo da Madrugada".

No acordo entre as partes, ficou definido que o bloco de carnaval não poderá fazer nenhum registro de marca com o nome "Galo" em âmbito desportivo, enquanto o Atlético não poderá registrar nenhum nome em âmbito cultural. Ainda pelo acordo, o Galo da Madrugada manteve seus direitos sobre a marca "Galo Folia", cedida pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**.

Subvenção econômica para inovação: o caso do Paraná Anjo Inovador



Experiência sugere que inovar exige adaptar categorias tradicionais do direito administrativo e financeiro

A ciência, a tecnologia e a inovação ocupam posição estratégica no desenvolvimento contemporâneo, não apenas por seus efeitos sobre a produtividade e a competitividade, mas também por sua capacidade de estruturar respostas a desafios econômicos, sociais e institucionais.

A inovação não se realiza de forma linear, automática ou espontânea. Ao contrário, trata-se de processo dinâmico, não linear e cercado por incertezas, no qual a articulação entre Estado, empresas, universidades, instituições de pesquisa e mecanismos de financiamento é decisiva. O direito da CT&I no Brasil apresenta-se como um arranjo jurídico-institucional voltado à estruturação desse processo, combinando normas constitucionais, instrumentos infraconstitucionais e mecanismos de cooperação público-privada.

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

A Constituição de 1988, sobretudo a partir da Emenda Constitucional nº 85/2015, buscou fortalecer o papel do Estado como indutor da inovação e conferiu maior densidade normativa ao Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

No plano infraconstitucional nacional, esse sistema é estruturado principalmente pela Lei nº 10.973/2004 (Lei Federal de Inovação), significati-

vamente reformada pela Lei nº 13.243/2016 (Marco Legal da CT&I), e pela Lei Complementar nº

182/2021 (Marco Legal das *Startups* e do Empreendedorismo Inovador). Esse conjunto normativo introduziu instrumentos jurídicos mais flexíveis, voltados à redução da insegurança regulatória, à aproximação entre Estado, mercado e academia, ao uso do poder de compra do Estado para induzir a inovação nas empresas, entre diversas outras ferramentas.

A legislação editada pelo ente central não afasta a competência suplementar dos Estados. O Paraná, por exemplo, possui um marco legal próprio, centrado na Lei nº 20.541/2021 e no Decreto nº 1.350/2023.

É preciso notar que a compreensão do papel do Direito na promoção da inovação exige mais do que uma descrição isolada de normas ou programas: ela depende da leitura do sistema de inovação como um **arranjo jurídico-institucional**, no qual o direito não atua apenas como limite externo, mas como elemento constitutivo da própria política pública.

Se a inovação deve ser compreendida como um processo sistêmico e institucionalmente estruturado, o financiamento público emerge como um de seus eixos centrais. Não se trata apenas de garantir recursos, mas de organizar, por meio do direito financeiro e do direito administrativo, as condições pelas quais esses recursos são alocados, executados e controlados.

A literatura especializada converge para a ideia de que o financiamento da inovação requer um **mix adequado de instrumentos**, combinando diferentes formas de intervenção estatal. Esse mix pode ser organizado, em termos analíticos, a partir de três grandes eixos:

instrumentos do lado da oferta, voltados à ampliação da capacidade inovadora das empresas e instituições, como financiamentos subsidiados, subvenções econômicas e incentivos à pesquisa e desenvolvimento;

instrumentos do lado da demanda, nos quais o Estado utiliza seu poder de compra para induzir o desenvolvimento e a difusão de soluções inovadoras, por meio de mecanismos como encomendas tecnológicas e contratos públicos para soluções inovadoras;

instrumentos de cooperação e articulação institucional, que viabilizam parcerias entre Estado, empresas e instituições científicas, estruturando ecossistemas de inovação mais integrados.

Esses instrumentos não são funcionalmente equivalentes. Ao contrário, cada um deles apresenta maior ou menor adequação a diferentes momentos do processo inovativo: enquanto alguns são mais aptos a estimular o desenvolvimento de novas tecnologias, outros se mostram mais eficazes na difusão e na adoção em escala de soluções já existentes. Dessa constatação decorre uma implicação importante: a efetividade do financiamento público à inovação depende menos da escolha de um instrumento isolado e mais da capacidade do Estado de combinar, de forma coerente, diferentes mecanismos jurídicos e financeiros.

É justamente nesse mix que os instrumentos de financiamento direto, como a subvenção para a inovação, ganham relevo. Ao permitir o direcionamento de recursos públicos não reembolsáveis a empresas, ela viabiliza o compartilhamento, pelo Estado, dos custos e dos riscos inerentes à inovação, sobretudo em contextos de maior incerteza tecnológica.

Essa atuação estatal, longe de ser episódica, envolve fluxos contínuos de seleção, análise, aprovação e acompanhamento de projetos, integrando-se ao funcionamento regular das instituições de fomento e ao planejamento orçamentário da Administração Pública.

O caso do Paraná

Se, no âmbito federal, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) destaca-se como principal agência fomentadora da inovação por meio de instrumentos reembolsáveis, não reembolsáveis e investimentos, o Estado do Paraná, no plano subnacional, tem se destacado pela estruturação de um arranjo administrativo voltado à promoção de ciência, tecnologia e inovação, com especial ênfase no apoio a *startups* e empresas de base tecnológica.

É nesse ambiente que se insere o programa Paraná Anjo Inovador, concebido como instrumento de

subvenção econômica voltado ao apoio direto a *startups*. Lançado inicialmente por meio de edital de chamamento público em 2023, o programa tem por objeto a seleção e o financiamento, mediante recursos não reembolsáveis, de pessoas jurídicas sediadas no Estado, dedicadas ao desenvolvimento de produtos, serviços ou processos inovadores em áreas estratégicas indicadas no instrumento convocatório.

Do ponto de vista jurídico, trata-se de típico instrumento de fomento por subvenção econômica, no qual o Estado assume parte do risco inerente à atividade inovadora, viabilizando a execução de projetos que dificilmente seriam financiados exclusivamente por mecanismos de mercado. Ao contrário do que se passa na grande maioria das iniciativas públicas nesse campo, o programa paranaense é financiado com recursos orçamentários do fundo estadual de promoção da CT&I (o chamado Fundo Paraná) alocados na Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial (SEIA), um órgão da Administração Direta.

A relevância do programa é reforçada por sua continuidade e expansão. A 3ª edição, anunciada recentemente pelo Governo do Estado, indica não apenas a consolidação da iniciativa, mas também sua institucionalização como política pública permanente de fomento à inovação. Trata-se de elemento crucial: a previsibilidade e a repetição de instrumentos de financiamento são condições necessárias para a formação de um ecossistema inovador maduro e sustentável.

A 3ª edição do programa Paraná Anjo Inovador representa um estágio mais avançado de institucionalização das políticas de fomento à inovação no âmbito estadual. O instrumento mantém a lógica da subvenção econômica, mas avança na densificação normativa e na organização do processo seletivo, com definição mais precisa de critérios de elegibilidade, etapas de avaliação e mecanismos de execução, monitoramento e responsabilização.

Os projetos apresentados pelas *startups* devem estar alinhados às áreas prioritárias definidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia, aos eixos estratégicos da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (PECTI 2030) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As propostas devem se inserir em áreas temáticas (saúde, cidades inteligentes, educação e agricultura), evidenciando o

esforço de alinhamento entre fomento público e desafios estruturais do desenvolvimento.

O programa prevê a destinação de até R\$ 10 milhões, oriundos do Fundo Paraná, com apoio a até 40 projetos, no valor unitário de até R\$ 250 mil, condicionados à contrapartida mínima de 5% por parte das empresas beneficiárias. A execução ocorre por meio de Termo de Outorga, estruturado em torno de plano de trabalho detalhado, com definição de metas, resultados esperados e critérios de aferição. Os recursos são liberados em duas parcelas, sendo o segundo repasse condicionado à comprovação de execução de parte relevante do primeiro, o que reforça a lógica de acompanhamento progressivo da execução.

O edital também explicita os requisitos de elegibilidade das *startups*, exigindo, entre outros elementos, limite de receita bruta, tempo máximo de constituição, intensidade mínima de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, restrições à distribuição de lucros e à remuneração dos sócios, bem como vínculo com ambientes promotores de inovação. Ao mesmo tempo, estabelece um processo seletivo em três etapas - enquadramento, avaliação de mérito e habilitação documental - com participação de especialistas *ad hoc* na análise técnica das propostas, o que reforça a dimensão técnico-científica da seleção.

No plano da execução financeira, o edital apresenta avanços relevantes ao detalhar as despesas financiáveis e não financiáveis, permitindo a cobertura de custos diretamente relacionados ao desenvolvimento tecnológico, como contratação de pessoal, serviços especializados, computação em nuvem, certificações e patenteamento, ao mesmo tempo em que restringe despesas de caráter administrativo ou desvinculadas do objeto do projeto. A exigência de pagamentos eletrônicos rastreáveis e de justificativa para contratações reforça a preocupação com a transparência e a rastreabilidade dos recursos públicos.

Sob o ponto de vista analítico, o desenho do edital evidencia a incorporação de elementos centrais das políticas contemporâneas de inovação. Destaca-se, em primeiro lugar, o reconhecimento expresso do risco tecnológico como elemento inerente ao processo inovativo, definido como a possibilidade de insucesso decorrente da incerteza técnico-científica. Trata-se de avanço relevante, pois afasta a expecta-

tiva de resultados plenamente previsíveis e aproxima o regime jurídico da inovação de uma lógica compatível com a experimentação.

Apesar desses avanços, persistem desafios estruturais relevantes. O primeiro diz respeito à incipiência institucional das *startups*. Os requisitos de elegibilidade - embora justificáveis sob a ótica da governança e do controle - podem restringir o acesso ao fomento por empresas em estágio inicial, que ainda não dispõem de estrutura organizacional e capacidade administrativa compatíveis com as exigências do edital. Por outro lado, pode ser temerário destinar recursos públicos expressivos a *startups* sem condições técnicas operacionais, justamente o que o Edital buscou evitar. Há, assim, uma tensão entre segurança jurídica e inclusão de agentes inovadores.

Outro desafio relevante refere-se à prestação de contas. Embora o modelo caminhe na direção de maior flexibilidade, com foco na execução do plano de trabalho e na rastreabilidade das despesas, permanece a necessidade de compatibilizar essa lógica com os deveres constitucionais de controle. Isso implica deslocar o eixo da fiscalização do controle meramente formal para a avaliação de resultados e da regularidade material da execução, o que exige capacidades institucionais específicas e critérios mais sofisticados de aferição.

A avaliação do risco tecnológico constitui, por sua vez, um dos pontos mais sensíveis do modelo. Se, por um lado, o edital reconhece a possibilidade de insucesso como inerente à inovação, por outro, a operacionalização desse conceito na fase de execução e prestação de contas ainda demanda critérios claros que permitam distinguir o fracasso legítimo do inadimplemento, especialmente nos casos de conduta culposa. Essa distinção é central para a responsabilização dos beneficiários e para a legitimidade do gasto público.

Também se destaca o desafio de assegurar que os resultados financiados com recursos públicos gerem benefícios coletivos, seja por meio de difusão tecnológica, seja por impactos econômicos e sociais mais amplos. Nesse ponto, o Edital tem o cuidado de assegurar o licenciamento gratuito de patentes de invenções para uso institucional do Estado, além de garantir que inovações desenvolvidas durante o prazo de vigência do Termo de Outorga com recursos estaduais possam ser objeto

de acordos específicos sobre a titularidade dos direitos de **propriedade intelectual** e seus consectários econômicos.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

Em síntese, o programa Paraná Anjo Inovador, em sua versão mais recente, consolida-se como instrumento sofisticado de financiamento público à inovação, alinhado às diretrizes normativas e às melhores práticas institucionais. Ao mesmo tempo, evidencia as tensões inerentes a esse tipo de política, especialmente no que se refere à governança do risco, aos mecanismos de controle e à garantia de retorno público dos investimentos.

A experiência paranaense sugere que a construção de um regime jurídico da inovação exige não apenas novos instrumentos, mas também a adapta-

ção das categorias tradicionais do direito administrativo e financeiro a um ambiente marcado pela incerteza, pela experimentação e pela necessidade de resultados.

Encontro do INTA no Brasil destaca a PI como vantagem competitiva

A International Trademark Association é representada, no Brasil, em mais uma edição do "INTA Pre-Annual Meeting Reception", encontro exclusivo organizado pelo escritório Di Blasi, Parente & Associados. O evento será realizado no dia 17/4, na Academia Brasileira de Letras, na Sala José de Alencar, no Centro do RJ, das 9h30 às 11h30.

A iniciativa antecipa um dos principais eventos globais de **propriedade intelectual** e propõe uma discussão estratégica sobre a geração de valor por meio da PI.

Nesta edição, o debate será conduzido sob o tema "**Propriedade Intelectual** como vantagem competitiva mensurável", com foco na integração entre inovação e gestão de ativos intangíveis como fator decisivo para resultados concretos e posicionamento competitivo das organizações.

O evento reunirá Carla Maia Einsiedler, coordenadora de Gestão Tecnológica da Fiocruz; Rodrigo de Oliveira, consultor de **Propriedade Intelectual** da Petrobras; Rodrigo Ventura, economista-chefe do **INPI**; e Paulo Parente Marques Mendes, sócio fundador do Di Blasi, Parente & Associados, que atuará como moderador. Todos os vão trazer diferentes perspectivas sobre o papel estratégico da **propriedade intelectual** no ambiente de negócios.

A iniciativa propõe uma discussão estratégica sobre a geração de valor por meio da PI.(Imagem: Divulgação)

Voltado a profissionais do jurídico, especialistas, executivos e lideranças empresariais, o encontro oferece uma oportunidade estratégica para networking qualificado, troca de experiências e geração de novas conexões de negócios.

As vagas são limitadas e a inscrição deve ser feitas aqui.

Mondelez perde direito às marcas Ping Pong e Ploc, ícones dos anos 80



Fora do mercado há anos, produtos seguem vivos na memória dos consumidores.

O **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** cancelou o registro das marcas de chiclete Ping Pong e Ploc, que estavam sob o guarda-chuva da Mondelez, conhecida por marcas como Lacta e Halls. A decisão seguiu norma legal, pois a empresa deixou de comercializar os chicletes por mais de cinco anos consecutivos. A Mondelez reconheceu no processo que não vende os produtos há mais de uma década, mas manifestou interesse em relançar as marcas.

- **Marcas** mantidas sem exploração econômica podem ser barreiras artificiais à entrada de novos concorrentes, reservando sinais de valor simbólico relevante sem contrapartida de uso no mercado. A caducidade é o instrumento pelo qual se devolve ao domínio concorrencial marcas que deixaram de cumprir sua função de identificar produtos em circulação, permitindo que novos agentes econômicos disputem esse espaço - avalia a advogada Lea Vidigal, doutora em direito econômico pela Universidade de São Paulo (USP).

Procurada, a Mondelez informou que não comenta processos em andamento.

O Ping Pong foi o primeiro chiclete de bola vendido no Brasil (1945) e se tornou sucesso de

vendas da Kibon. A fabricante de balas Adams, pouco tempo depois, lançou o Ploc para tentar conquistar o mesmo consumidor: crianças e adolescentes. Mais tarde, Ping Pong e Ploc foram incorporados pela Kraft Foods (hoje Mondelez International) e deixaram de ser comercializados.



'ERA FELIZ E NÃO SABIA'

Segundo Maiara Kososky, professora doutora de branding e marketing estratégico na Fundação Dom Cabral, essas marcas conseguiram ocupar um espaço que não é apenas de consumo, mas de memória. As campanhas mais marcantes do Ping Pong tiveram álbuns de figurinhas colecionáveis, com temas como natureza, esportes e entretenimento. Já o Ploc ganhou notoriedade ao apostar em novos formatos de produto e desafios como o de "quem faz a maior bola".

- Essas marcas foram construídas em momentos de formação, sobretudo na infância e adolescência. Isso é muito poderoso no branding. Quando a marca se associa a um momento emocionalmente intenso da vida, assume um simbolismo: não é só o chiclete, que perde o sabor muito rápido, mas o recreio da escola e o momento de encontrar os amigos - diz Maiara.

Para José Mauro Nunes, professor da FGV, essa lembrança de marca evoca um sentimento do tipo "eu era feliz e não sabia".

- Quando eu era garoto, eu mascava chiclete dessas marcas. Por serem marcas que nos acompanharam desde a tenra idade, desenvolvem uma relação afetiva com o consumidor. **Marcas** muito presentes,

quando voltam, evocam sentimentos de nostalgia, um passado feliz.



GRANDES LEILÕES ONLINE

Nos anos 1970, o Ping Pong lançou seu icônico álbum de figurinhas inspirado em heróis da DC. Na década seguinte, vieram álbuns inspirados em temas como o Pantanal e a Amazônia, além de campanhas ligadas ao esporte, como a Copa do Mundo de 1982, na Espanha, Jogos Olímpicos e a Fórmula 1, além dos Futebol Cards. Nos anos 1990, a marca ampliou as parcerias e criou coleções com personagens da Disney e até linhas com Sandy & Junior, mantendo o foco em conteúdos populares entre o público jovem.

O Ploc seguiu linha semelhante. Em 1988, lançou a coleção Ploc Monsters, com tatuagens temporárias de monstros. No fim da mesma década, criou chicletes com dois sabores e cores na mesma embalagem e investiu no Ploc Gigante, com campanhas para que as crianças fizessem as maiores bolas.

Maiara, da Fundação Dom Cabral, avalia que, apesar da força histórica das duas marcas, resgatar produtos icônicos de outras épocas envolve riscos para as empresas:

- Ao replicar o passado, a empresa corre o risco de parecer datada. Ao mesmo tempo, se mudar demais, perde o vínculo emocional.

MUDANÇA DE HÁBITOS

Para Nunes, da FGV, hoje é mais difícil encontrar marcas que apostem nesse tipo de estratégia, especialmente no setor de balas e doces. Isso reflete uma mudança nos hábitos de consumo e no próprio ambiente regulatório. Até os anos 2000, produtos à base de açúcar enfrentavam menos restrições e havia menor preocupação com temas como obesidade infantil.

- As marcas ficam temerosas em investir na comunicação desses produtos, devido ao medo de viralizarem negativamente. As empresas estão mais temerosas de serem canceladas, o que pode afetar profundamente não somente a marca de um produto, como a empresa, devido ao impacto na sua marca corporativa - afirma o professor.

Uso de IA na música pode resultar em prejuízo de mais de R\$ 60 bilhões



Faixas que utilizam a tecnologia viralizam nas redes sociais e utilizam vozes de artistas reais de forma não autorizada

Músicas feitas apenas com inteligência artificial em vez instrumentos e cantores reais pode resultar em um prejuízo de mais de R\$ 60,32 bilhões ao mercado mundial, segundo o estudo conduzido pela empresa PMP Strategy e encomendado pela Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores (CISAC, da sigla em inglês).

O uso de inteligência artificial para a criação de músicas se tornou comum e viraliza constantemente nas redes sociais. O caso recente que inundou as redes sociais em dezembro mas ainda segue em uso é a faixa "Sina de Ofélia", uma música feita com inteligência artificial que usa como base a música "The Fate of Ophelia" da cantora Taylor Swift para uma canção em português que usa as vozes dos cantores Luísa Sonza e Dilsinho.

Apesar de criar uma versão em português de uma das músicas mais tocadas no país pareça uma brincadeira inofensiva, especialistas estimam que isso pode resultar em prejuízos para a indústria fonográfica. Ainda segundo o estudo da CISAC, criadores de conteúdo audiovisual e musical poderão lidar com 24% e 21% de risco de perda de seu faturamento até 2028, ainda mais com o mercado de música e conteúdo audiovisual gerado por IA crescendo mais anualmente. De acordo com a CISAC, o mercado deve aumentar de 3 bilhões de euros (cerca de R\$ 18 bilhões) para 64 bilhões de euros

(R\$ 386 bilhões) em 2028.

Além do prejuízo para a indústria, criar uma música usando vozes de artistas que já existem sem autorização ou até fazendo novas versões de músicas registradas é crime, segundo o artigo 184 do Código Penal.

"Isso não pode ser feito", disse Isabel Amorim, superintendente do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) em entrevista à EXAME. "Não só pelo **direito autoral**, que no caso você teria que ter pago para Taylor Swift, mas você também teria que ter pedido uma autorização para fazer uma versão."

Segundo Amorim, após o pedido de autorização para a detentora da faixa, que é a Taylor Swift, seria necessário abordar os cantores Luísa Sonza e Dilsinho, que tiveram suas vozes usadas na faixa. Como a música foi feita sem seguir nenhum desses passos, pode configurar crime.

"É um problema de **pirataria** mesmo", falou Amorim. "E a questão é que a gente tá vindo de um caso, mas são muitos casos."

Uso da inteligência artificial na música

De acordo com a superintendente do Ecad, cerca de 14 mil faixas já foram bloqueadas para análise após o escritório suspeitar que foi utilizada uso de inteligência artificial de maneira descabida, como um artista que cadastra uma faixa em uma semana e mil faixas na próxima, ou que pudesse infringir a **propriedade intelectual** de algum artista.

Com o avanço da tecnologia, é natural que músicos utilizem métodos novos para compor as faixas. "É diferente do que você cometer uma usar uma tecnologia para cometer uma fraude", disse Amorim.

"Eu acho que tem diversas maneiras de você usar a inteligência artificial", continuou Isabel Amorim. "Eu acho que tem uma questão de dosagem. É óbvio que os criadores da música ou de outras áreas, usam a tecnologia, mas uma coisa é você usar uma tecnologia para uma linha técnica e outra é você usar tecnologia para fazer um plágio."

Novo pedido de vista adia julgamento no Cade do uso de conteúdo jornalístico pelo Google



Presidenta! Gerlúce vira o jogo e assume fundação em 'Três Graças'



Um novo pedido de vista adiou o julgamento, no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do inquérito referente ao uso de conteúdo jornalístico pelo Google sem remunerar veículos de mídia. O pedido de mais tempo de análise, que suspende o julgamento do caso, veio da conselheira Camila Cabral, após devolução do processo pelo conselheiro Diogo Thomson, que havia pedido vista em junho do ano passado e apresentou voto nesta quarta-feira, 8.

O assunto é objeto de discussão no órgão de defesa da concorrência desde 2019, chegou a ser arquivado no fim de 2024, mas a conselheira Camila Cabral pediu avocação em março de 2025, levando o caso à pauta do tribunal. Em seguida, o processo foi distribuído ao conselheiro Gustavo Augusto Freitas de Lima, por sorteio.

Originalmente, a investigação sobre o buscador foi por supostas práticas anticompetitivas no mercado de notícias. Representantes dos veículos de mídia brasileiros argumentam que o conteúdo jornalístico não tem sido remunerado adequadamente e que a plataforma tem restringido o fluxo de consumidores à produção de conteúdo de sites, TVs e jornais. A principal conduta investigada é de uma suposta "raspagem" (scraping) de conteúdo jornalístico advindo de outros sites, por parte do Google, que, após, faria o conteúdo relevante aparecer em sua página de busca, criando um atrativo para que os consumidores não mais precisassem acessar o site jornalístico para ter acesso àquele conteúdo.

Continua após a publicidade

Continuação: Novo pedido de vista adia julgamento no Cade do uso de conteúdo jornalístico pelo Google



Moraes manda PM-DF expulsar imediatamente coronéis condenados pelo 8/1

Não objeto inicial do inquérito, a inovação de inteligência artificial (IA) no Google foi incorporada à análise no decorrer do processo. Resumos gerados por IA trazem uma exibição mais minuciosa de notícias diretamente na página inicial do buscador - o AI overview, desviando tráfego dos veículos de mídia.

A Associação de Jornalismo Digital (Ajr), o Repórteres Sem Fronteiras e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) apresentaram ao Cade dados do Pew Research Center indicando que a presença de resumos de IA reduz a taxa de cliques de 15% para 8% e aumenta o abandono de sessões sem clique de 16% para 26%. Além disso, apenas 1% das visitas resultam em cliques nos links citados no resumo de IA, o que evidencia a retenção de usuários na própria página de resultados.



Cinco grupos avaliam compra de distribuidoras da Enel

O Idec destacou estudo que indica que a exibição de AI overview pode reduzir em até dois terços os cliques em links de publishers e, mesmo em dispositivos móveis, onde o impacto é menor, resulta na perda de quase metade dos cliques, ainda que o veículo esteja explicitamente citado no resumo gerado por IA.

Em meados do ano passado, o relator recomendou o arquivamento do caso. Em seu voto, ele afirmou que a prática do Google de exibir resumos e manchetes de notícias no buscador aumenta o tráfego para os veículos de mídia e funciona como uma espécie de "propaganda gratuita".



Carolina Ferraz deixa o comando do 'Domingo Espetacular' após 6 anos

Entidades que representam os jornais e veículos de comunicação pleiteiam que o Google remunere os produtores de conteúdo pelas informações que são exibidas, já que os usuários muitas vezes deixam de

visitar os sites de origem das reportagens após ler o resumo das notícias no buscador e no serviço Google News.

Lima, no entanto, entendeu que o Cade não tem atribuição de estabelecer uma remuneração por determinada conduta, mas sim proibir e fazer cessar práticas que considere anticompetitivas. Apenas uma regulação de mercado teria o condão de estabelecer uma remuneração.



Antes de o caso ir a plenário, a SG do Cade destacou que as condutas do Google são analisadas tanto em âmbito concorrencial quanto judicial e legislativo, "demonstrando estar o presente caso inserido em um contexto maior de discussões relacionadas à interseção entre defesa da concorrência e proteção aos **direitos autorais**". Discussões envolvendo a atuação do Google no segmento jornalístico resultou na atuação de autoridades concorrenciais em jurisdições como França e Austrália.

IA entrou no debate



Moraes manda PMDF expulsar imediatamente coronéis condenados pelo 8/1

Recentemente, houve pedidos de ampliação da investigação para incluir o uso de IA pelo Google, responsável pela exibição mais minuciosa de notícias diretamente na página inicial do buscador. O movimento internacional Sleeping Giants e, mais recentemente, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) pediram a conversão do inquérito administrativo em processo administrativo, permitindo uma análise mais aprofundada pelo Cade, incorporando a questão da IA.

Ao apresentar seu voto nesta quarta, o conselheiro Diogo Thomson rebateu o argumento do Google de que as buscas de notícias representam menos de 0,3% de sua receita publicitária no Brasil. "Tal métrica, ainda que tomada por verdadeira, observa apenas parcela estreita e diretamente atribuível de monetização. Ela não captura os ganhos indiretos de engajamento, retenção, dados, treinamento, reputação, qualidade do produto e publicidade ecossistêmica decorrentes da incorporação do conteúdo jornalístico em múltiplas superfícies do ecossistema Google."

Continuação: Novo pedido de vista adia julgamento no Cade do uso de conteúdo jornalístico pelo Google



1ª proposta de paz do Irã 'parecia feita pelo ChatGPT', diz vice de Trump

Na visão dele, a plataforma extrai valor econômico total superior ao que devolve no contexto em que a contrapartida não dispõe de alternativa negocial real.

Em extenso voto lido no plenário, Thomson colocou a necessidade de examinar formas de recomposição das condições de troca entre plataforma e publishers, mas pontuou que em suas conclusões não havia "qualquer juízo condenatório antecipado e nem poderia, dado o caráter de inquérito administrativo". Ele frisou que a conduta e seu estado atual "revelam densidade fática e jurídica suficiente, amparada por indícios já constantes dos autos e dotadas de robustez mínima a justificar a instauração do feito em processo administrativo para imposição de sanção administrativa por infrações à ordem econômica, permitindo, inclusive, o direito ao contraditório por parte do grupo".



Renato 'Gaúcho' Portaluppi vê, pela TV, o jogo do Vasco, que aceita isso

O conselheiro Thomson recomendou, então, retorno do caso para a Superintendência-Geral para

instauração de processo administrativo, com possível imposição de sanções administrativas por infração à ordem econômica.

Após a leitura do voto do conselheiro, o relator disse identificar indícios suficientes para, pelo menos, o Cade iniciar uma apuração. Ele indicou que pode ser necessário ouvir novamente o Departamento de Estudos Econômicos do Cade no que se refere especificamente aos aspectos relacionados à IA. Como deixa a autarquia nesta semana, Gustavo Augusto fez um ajuste do seu voto na forma do voto-vista do conselheiro Thomson.



Vitor Roque é cortado de estreia do Palmeiras na Libertadores; veja time

processual e inaceitável demora na proteção de um mercado cujos danos irreparáveis se aprofundam a

"Não estamos aqui condenando ou atestando a conduta do Google, temos aqui em mãos talvez a maior pergunta do século 21: como é que se trata inteligência artificial em relação a possíveis condutas discricionárias ou exploratórias e o uso de **propriedade intelectual** de terceiro", argumentou o relator.

O julgamento foi interrompido a pedido da conselheira Camila Cabral, que disse que há importantes discussões ainda a serem feitas, dada a relevância da matéria. Caso o plenário decida pelo retorno do caso à SG, com instauração de processo administrativo, a investigação deverá ser ampliada para contemplar, além da questão da raspagem de conteúdo jornalístico, o uso da IA pelo Google para resumir notícias.

O que dizem os jornais

Na terça-feira, 7, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) pediu a conversão do inquérito em processo administrativo, por identificar a existência de indícios suficientes de infração à ordem econômica e a urgência na adoção de providências sancionatórias. "Os elementos reunidos nos autos - amplamente corroborados pela instrução adicional conduzida por este tribunal, pelos dados convergentes de múltiplas fontes independentes e pelo reconhecimento internacional da gravidade da conduta - excedem o standard probatório exigido para a instauração de processo sancionador", sustentou a associação.

Chegou a ser aventada a possibilidade de arquivamento deste inquérito e abertura de outra investigação focada apenas nos temas relacionados à IA.

Para a ANJ, no entanto, essa hipótese implicaria "retrocesso injustificável, desperdício de instrução

cada dia, comprometendo de forma potencialmente irreversível a viabilidade econômica do jornalismo profissional e a diversidade informativa no ambiente digital brasileiro".

Futuro da indicação geográfica na alimentação



Futuro da Indicação Geográfica na alimentação depende da capacidade de transformar o selo em um instrumento de desenvolvimento sustentável

Opinião O futuro das indicações geográficas no patrimônio alimentar

As indicações geográficas (IGs) são frequentemente discutidas no contexto da **propriedade intelectual** como um instrumento de diferenciação econômica, agregação de valor e proteção da origem de produtos e serviços. Mas essa acepção pode suscitar reflexões complexas quando vista pela lente da alimentação. Afinal, quando protegemos a origem ou a reputação de um produto, estamos apenas protegendo um sinal distintivo no mercado, ou também o modo de criação, as memórias e os territórios que o tornam culturalmente distinto?

Fiesc

O **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** concedeu, em 2024, à Língua Blumenau, patrimônio tradicional alimentar da comunidade imigrante alemã, o registro de Indicação Geográfica (IG), na modalidade Indicação de Procedência (IP).

O reconhecimento, que abrange 16 municípios do Vale e Alto Vale do Itajaí, não apenas valida a reputação da região como base da produção e do consumo de um produto cuja identidade deriva da história dos colonos, além de cancelar um ativo turístico-cultural que define a tradição cotidiana desses imigrantes e se projeta nos inúmeros festivais gastronômicos da região.

O reconhecimento reafirma um produto que é referência regional em festivais, circuitos gastronômicos e no cotidiano catarinense. Mas, para além da celebração, casos recentes na Justiça brasileira nos convidam a refletir sobre a força e os limites dessa proteção.

Recentemente, a Justiça Federal de Florianópolis, em sede cautelar, reafirmou a validade das regras estabelecidas pelo **INPI** ao ser questionada sobre a legalidade da nota técnica, emitida pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), determinando que os estabelecimentos localizados fora da área de indicação geográfica não poderiam mais usar a nomenclatura e deveriam readequar os rótulos em 180 dias.

A liminar judicial manteve a restrição do uso do nome apenas aos produtores que seguem as normas do Caderno de Especificações Técnicas e que estão localizados na delimitação geográfica aprovada que abrange 16 municípios catarinenses, correspondendo ao território original do antigo município de Blumenau (conforme os limites de 1894) e áreas de colonização alemã adjacentes.

Ativo coletivo

Essa decisão é interessante porque consolida o entendimento de que a indicação geográfica não é um direito individual, mas um ativo coletivo exclusivo de sua região de origem histórica. A Indicação Geográfica funciona como um selo de identidade para produtos originários de uma localidade específica, nos casos em que sua qualidade ou prestígio são essencialmente atribuídos à procedência.

Conforme estabelece o artigo 22.1 do Acordo Trips da OMC, o instituto protege o vínculo essencial entre o produto, o território de origem e as técnicas tradicionais de produção. No Brasil, a Lei nº 9.279/1996 fundamenta esse arcabouço. A Indicação de Procedência protege o nome geográfico que se tornou conhecido pela produção de um bem, focando na reputação construída ao longo de gerações.

Spacca

Diferente de outros bens industriais, o alimento é carregado de camadas de sociabilidade e pertencimento. A Linguça Blumenau nasceu do autoconsumo e da economia de colonos, transformando-se em um símbolo de identidade étnica e cultural que

conecta Santa Catarina a tradições europeias. O que torna esse produto único não é apenas a técnica fria, mas práticas herdadas, adaptações locais e repertórios simbólicos que já existiam antes mesmo de o selo existir. Nesse contexto, o propósito das IGs ultrapassa a rotulagem de origem ao exercer funções socioeconômicas e culturais de grande relevância.

Para que uma indicação geográfica ganhe existência jurídica, ela exige uma delimitação da área e a sua consolidação por meio de um Caderno de Especificações Técnicas. Este documento não é apenas uma barreira burocrática, mas define os termos específicos do produto objeto da IG, no caso, da "verdadeira" linguça, como: tipo de carne, porcentagem de gordura, adição de ingredientes e aditivos, processo de moagem, tipo de defumação, se um produtor está fora ou dentro da área delimitada. O limite geográfico, no caso em questão, foi determinado a partir de sobreposição de mapas com fatores econômicos e humanos que tornaram a região conhecida como centro de produção da Linguça (de) Blumenau.

Sinal de amadurecimento

O desafio, entretanto, reside em garantir que essa padronização necessária para o direito não engesse a natureza viva da tradição. A proteção legal deve funcionar como um ecossistema que protege a reputação do território contra a concorrência desleal, sem permitir que a lógica meramente comercial se sobreponha à pluralidade das pequenas produções artesanais que deram origem à fama do produto.

Em última análise, a vitória judicial da Linguça Blumenau sinaliza um amadurecimento na proteção do patrimônio imaterial brasileiro. O caso demonstra que o valor de um produto de origem não está apenas na etiqueta, mas na permanência dos laços sociais e territoriais que ele representa.

O futuro das indicações geográficas na alimentação depende, portanto, da nossa capacidade de transformar o selo em um instrumento de desenvolvimento sustentável. Mais do que uma reserva de mercado, a IG deve ser um compromisso ético com a continuidade: assegurar que a valorização econômica do produto reverta em dignidade para quem mantém viva a memória técnica e cultural, garantindo que o que chega à mesa do consumidor seja, de fato, um pedaço preservado da história catarinense.

Anita MattesEloyse Davet

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	11,12,13,14,15,16,17
Marco regulatório INPI	2,3,8,9,10,18,19
Propriedade Industrial	2,3,9,10,18,19
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6,7,8,11,12,13,14,15,16,17,18,19